



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### ATA N.º 13

### MANDATO 2021/2025

Aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo do dia trinta de setembro do ano dois mil e vinte e dois, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - .....
- 2 - .....

#### ORDEM DO DIA -----

- 1 - .....
- 2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----
  - 2.1 - .....
  - 2.2 - .....
  - 2.3 - .....
  - 2.4 - .....
  - 2.5 – .....
  - 2.6 – .....
  - 2.7 – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2022, a cobrar no ano 2023; -----
  - 2.8 - Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Escola Básica Vallis Longus, até ao montante de 332.963,38€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal alteração do valor contratado, até ao montante de 482.943,57€; -----
  - 2.9 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal da constituição do Júri do procedimento; -----
  - 2.10 - Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Oficina do Brinquedo Tradicional Português, até ao montante de 1.850.934,28€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível). -----
- 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes vinte e oito elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Maria Manuela Moreira da Rocha, Maria Manuela da Siva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Catarina Maria Moreira das Neves Lobo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Madalena Sofia Alves de Oliveira, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa e Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho tendo sido substituídos, respetivamente, por Manuel Ramos de Melo, Joaquim Moreira, Adelino Joaquim Machado Soares e Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro. -----

Verificou-se a falta, por imprevisto de última hora dos Membros Carla Cristina Queirós Ferreira Marques, Esperança Maria de Oliveira Teixeira e Mário Rui Oliveira Monteiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.7 – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2022, a cobrar no ano 2023. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que em relação à Derrama continuam a considerar que deveria ser considerada a isenção a todas as empresas que se instalassem no Município de Valongo e criassem um número mínimo de postos de trabalho com contrato sem termo, que serviria para captar investimento e proteger as pessoas através de emprego com direitos e todos os benefícios. ----- Mantendo-se isolados estão à partida a tornar-se menos atrativos em relação a municípios vizinhos, como Vila Nova de Gaia que tem isenção para empresas que se instalem e criem no mínimo cinco postos de trabalho, Matosinhos que isenta microempresas com volume de negócios até 150 mil euros. ----- Assim, não concordam integralmente com a proposta apresentada, não estando contra a aplicação da Derrama, mas que sejam isentas de Derrama as empresas que instalem a sua sede social no Concelho que criem e mantenham cinco ou mais postos de trabalho. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que todos sabem que os impostos são necessários o Estado não produz, não cria riqueza sendo através dos impostos dos quais tem as receitas. -----

Na perspetiva do CHEGA há impostos que são justos e impostos que são injustos, os injustos deveriam ser abolidos, os justos deveriam ser na medida aceitável, há os que são demasiado altos para aquilo que as pessoas e as empresas, sobretudo as que têm menos rendimento e estão no nível de impostos elevado, estão na presença de cargas fiscais elevadas sentindo-se asfixiadas no limite das suas capacidades ao pagarem os impostos. ----- Sem impostos não é possível fazer apoio social, mas também é possível fazer apoio social reduzindo a carga fiscal sobre as empresas e as famílias. -----

Uma pequena empresa com cinco colaboradores em que o empresário não consegue aguentar a asfixia fiscal encerra a empresa e manda os colaboradores para o desemprego. O empresário pagava os impostos, a segurança social dos trabalhadores, os trabalhadores pagavam o IRS, as suas contribuições à Segurança Social



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

e vão para casa receber o subsídio de desemprego, e muitas vezes o empresário regista uma pequena empresa, em nome individual ou como trabalhador independente e consegue reduzir os encargos e continua a ter o seu rendimento. -----

Portanto, se baixassem os impostos, há um conjunto de impostos elevadíssimos, estavam a contribuir para que a taxa de não pagamento dos impostos reduzisse. -----

Na questão da Derrama seria possível ir mais longe, têm vindo novas empresas para Valongo, mas também têm saído empresas que estavam instaladas há muitos anos no Concelho e deslocaram-se para outros concelhos porque a carga fiscal, inclusive a Derrama, os obriga a esse tipo de opção. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que existem impostos justos e impostos injustos, na sua opinião a Derrama é um imposto justo porque incide sobre o lucro das empresas. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a Derrama se trata de um imposto que só é cobrado a quem tem lucros, quem não tem lucro não paga, daí, na sua opinião, ser um imposto justo. ---  
Existem muitas formas de estimular a vinda de empresas para o Concelho, umas vêm para Valongo, outras vão para outros concelhos. -----

A CCDR faz estudos com regularidade sobre as finanças dos municípios, toda a estrutura de despesas e receitas, onde analisam as receitas fiscais da região norte, o IMI, FEF, Fundo Social Municipal entre outras transferências da Administração Central, financiamentos da União Europeia, rendas e vendas de bens e serviços, passivos financeiros, outras receitas do exercício, saldo e gerência e receita total por habitante, quanto é que o Município vai buscar em termos de receita por habitante, e no último ano a média na Área Metropolitana a receita fiscal per capita era de 709,50 euros, em Valongo era de 390,00 euros, o valor mais baixo da área da região norte. -----

As câmaras municipais não decidem salários, IVA, IRS, as câmaras municipais decidem muito pouco da vida fiscal dos municípios. -----

Há vários impostos que concorrem para o conjunto de verbas tidas em consideração na Lei das Finanças Locais e a participação nos impostos do Estado PIE, Valongo gera cerca de trinta e tal milhões de euros, para o Concelho vem um terço dessa verba, são contribuintes líquidos como se fosse um Concelho rico, cerca de metade dos concelhos são contribuintes líquidos a outra metade são beneficiários líquidos alguns deles concelhos ricos. ----  
Todos os anos têm de abdicar de dois terços do que é gerado no Concelho que é distribuído por todos os concelhos, bastava que recebessem mais ou menos a média do contributo líquido que tinham quase automaticamente mais sete a oito milhões de euros por ano, num mandato dá mais trinta milhões de euros. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.7 – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2022, a cobrar no ano 2023, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor, sendo: 13 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo da Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 7 votos contra, sendo: 5 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA e 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

Abstenção: 2 abstenções, sendo; 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a seguinte **Declaração de Voto**:

“Na atual Lei das Finanças Locais a DERRAMA constitui uma forma de financiamento próprio dos municípios que incide sobre o lucro das empresas, lucro tributável sujeito não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas. A sua fixação é coletiva sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir o máximo de 1,5%, no entanto, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150 mil euros e mesmo isentar em determinadas condições. -----

Em 2017 foi aprovada uma taxa que diferenciava positivamente as pequenas empresas, logo após o PS ter obtido a maioria absoluta abandonou essa diferenciação positiva o que levou a CDU a votar contra as propostas subsequentes, para 2022 o PS voltou a propor a diferenciação que levou ao voto favorável da CDU, assim mantendo a posição iremos votar favoravelmente a proposta apresentada.” -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Conforme já defendido no orçamento anterior, o CDS-PP votou contra, esta intenção de voto prende-se porque num município de desemprego elevado e num recorrer das preocupações económicas atuais e de não se aproveitar fatores como a DERRAMA para criar um incentivo à criação e manutenção de empresas no nosso concelho. -----

Em suma a bancada do CDS-PP em Valongo tem defendido ao longo dos últimos anos um sistema variável com uma isenção de DERRAMA a empresas com menos de 3 anos, o acrescentar desta isenção a este documento teria como intuito e resultado promover a criação e manutenção de empresas no nosso município.” -----

O presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.8 - Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Escola Básica Vallis Longus, até ao montante de 332.963,38€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal alteração do valor contratado, até ao montante de 482.943,57€, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 21 votos a favor, sendo: 13 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo da Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Abstenção: 7 abstenções, sendo: 5 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.9 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal da constituição do Júri do procedimento, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado, por **maioria**, com 26 votos a favor, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.10 - Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Oficina do Brinquedo Tradicional Português, até ao montante de 1.850.934,28€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível). -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que o senhor Presidente da Câmara tinha dito que havia concelhos ricos e que Valongo era um concelho pobre, se sabe que tem um Concelho pobre quando se faz obra deve-se ter em consideração que se está a presidir um Concelho pobre. -----

Um terreno pode dar para fazer uma casa de 100 mil euros ou de 500 mil euros e certamente que em qualquer dos casos do ponto de vista arquitetónico será bem concebida, com dignidade, com presença, a casa de 100 mil euros não terá é o luxo da de 500 mil euros, mas têm exatamente a mesma dignidade. -----

Quando o senhor Presidente da Câmara disse que há concelhos ricos, quando se fazem determinadas obras em Valongo pensa sempre em grande como se fosse Presidente de uma Câmara rica. -----

Viram a questão de um empréstimo para uma escola com valores que são aceitáveis, mas entende que é um exagero para a Oficina do Brinquedo, mais de 4 milhões de euros, que deve existir é a favor da sua construção, mas 4 milhões de euros considera um exagero. -----

Quando se fala da Casa da Democracia Local considera que é necessário um edifício para a Câmara Municipal que poderia ter a mesma dignidade, com a mesma área, as mesmas condições, mas por metade do valor. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que se trata de linhas do Banco Europeu de Investimento que foram criadas para dar liquidez aos municípios com taxas de quase zero. -----

Tiveram condições de se candidatar a uma parte da obra, bem como foram 4 milhões porque não há luxos. -----

Quando um projeto é feito tem especialidades, existe uma estimativa, mas quem determina o custo é o mercado, quando fazem os projetos têm em conta os critérios de rigor e eficiência. -----

Trata-se de uma obra para a promoção do brinquedo tradicional português na componente histórica do passado e do futuro, tem a oficina e uma parte museológica. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Conseguiram um financiamento comunitário de 2 milhões de euros, houve a revisão dos custos da obra porque, entretanto, tiveram a pandemia, a guerra e tudo ficou mais caro. -----

A Casa da Democracia Local não tem luxos, existe a preocupação de ter materiais da economia circular, a questão da cobertura de eficiência energética. -----

Há dados que dizem tudo, quando entraram por cada 100 euros de receita corrente, que é a receita certa, tinham 13 euros para pagar de dívida, hoje com o empréstimo têm 4 a 5 euros, porque houve uma gestão cautelosa e cuidadosa, este empréstimo a 15 anos o peso dos juros é de 17 mil euros por ano, se degradarem os prazos de pagamento aumenta o risco e prejudica a imagem do Município que é considerado como bom pagador. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que numa obra o que varia é os luxos, que o senhor Presidente disse que a Casa da Democracia Local não tem luxos, mas basta as fachadas serem completamente, ou quase todas, em vidros extensos, se fizer uma casa totalmente em vidro ela vai custar mais 4 a 5 vezes do que se não for envidraçada. -----

Quem define os custos é o cliente, depois os técnicos desenvolvem o projeto e fazem as estimativas dentro daquilo que o cliente solicita. -----

Relativamente ao empréstimo percebe que uma parte do valor da obra foi com recurso a fundos, os fundos participam uma parte da obra, a outra parte é com recurso a dinheiro da Câmara, neste caso em concreto a financiamento. -----

O senhor Presidente vai dizer que estão longe da margem de endividamento, mas é o último mandato e ao fazer empréstimos a médio e longo prazo está a comprometer o próximo executivo, que pode ser do mesmo partido ou não, e eventualmente terá opções políticas diferentes e vai ter de ir ao limite possível de empréstimos. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que definem o preço base, muitos dos concursos têm ficado desertos, hoje o mercado entende que aquele preço não chega e não apresentam proposta e têm de aumentar o preço base. -----

Quando foi eleito a capacidade de endividamento que tinha era zero, por cada 100 euros 13 euros era para pagar dívida, hoje está na casa dos 5 euros, ou seja têm 95 euros para o restante, e isso nunca colocará em causa a saúde financeira da Câmara que neste momento tem uma enorme capacidade de endividamento. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o BE votou a favor do empréstimo para a escola Vallis Longus, pois entendem que o valor não é muito avultado e se trata de uma obra urgente e necessária que serve toda a população direta ou indiretamente no imediato. -----

Em relação à Oficina do Brinquedo entendem a parte do executivo em que diz que se deve apoiar nos fundos europeus disponibilizados, na sua primeira análise trata-se de um valor muito avultado, mas entendem que o Município queira aceder a esses montantes de empréstimo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Atendendo e confiando naquilo que o senhor Presidente diz, partindo do princípio que não está a hipotecar o futuro, é uma decisão do executivo do PS, portanto não acompanham na sua plenitude, mas também não estão contra, por isso vão-se abster. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.10 - Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para a Oficina do Brinquedo Tradicional Português, até ao montante de 1.850.934,28€, tendo sido aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor, sendo: 13 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo da Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Abstenção: 8 abstenções, sendo: 5 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

Colocou de seguida à discussão o Pós Ordem do Dia. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à questão colocada sobre o Conselho Municipal de Segurança ainda não tomou posse porque o Ministério Público só a semana passada é que indicou o seu representante. -----

A Comissão Municipal de Proteção Civil reúne e faz um trabalho notável e funciona muito bem. -----

Os números que têm do Relatório Anual de Segurança Interna mostra que no contexto nacional Valongo é um concelho seguro. -----

Quanto ao caus urbanístico quando foi eleito estava a ser previsto o PDM há 15 anos, foi alterado e conseguiram atrair investimento para o Concelho, agora estão em processo de alteração que vai avançar assim que a CCDR permita, vai avançar rapidamente uma nova geração do PDM ao nível urbanístico. -----

Não concorda com a leitura feita pelo membro sobre o caus urbanístico, pois tem sido feito um trabalho muito correto, os processos estão desmaterializados, hoje, qualquer processo tem de ser submetido através da plataforma eletrónica. -----

O Concelho é muito procurado para a construção de habitação, individual e coletiva, sempre que implica pedir um parecer externo deixam de controlar os prazos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Sobre o estacionamento fizeram o resgate de duas concessões, Valongo e Ermesinde, baixaram o valor do preço por hora, têm a Via Verde em que os primeiros 15 minutos são gratuitos, têm feito um esforço para acabar com as dificuldades de estacionamento. -----

Relativamente à questão da limpeza e higiene urbana, vêm como positivo o trabalho feito pelas juntas de freguesia, tem sido feito um trabalho correto todos os dias, a frequência no centro de Ermesinde é diária, existirão problemas, por várias razões, há pessoas que não aderem ao sistema de recolha, existem pessoas de outros concelhos que vêm colocar o lixo no concelho de Valongo. -----

As questões do acesso dos camiões ao centro da cidade entenderam que não fazia sentido os camiões pesados andarem a destruir as vias, tentaram retirar do centro histórico da cidade, da zona comercial da cidade, estão a monitorizar e estão atentos. -----

Relativamente à questão do património Romano, já adquiriram o terreno da Ivanta, o projeto da construção da Escadaria da Cucamacuca que já se encontra na segunda fase vai ficar visível as ruínas romanas, de forma a atrair pessoas para conhecerem o património. -----

Quanto à questão da habitação estão com o programa do Primeiro Direito, no projeto tinham de identificar famílias que poderiam ser abrangidas, têm 40 milhões de euros para fazer intervenção em cerca de 800 casas, sendo que 400 são novas e 400 já existentes, cerca de 50 casas são de privados, a Junta de Ermesinde já se disponibilizou para ajudar com um terreno que estão a tentar desbloquear. -----

O presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD do seguinte teor: -----

“Transferência da competência da Ação Social de celebração e acompanhamento dos Acordos de Inserção para as IPSS do concelho de Valongo. -----

Considerando que: -----

-O Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social, tendo como premissa o reforço da autonomia local, que se traduz numa maior eficácia no atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, especialmente aos mais vulneráveis socialmente; ---

- A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto estabelece que cabe aos órgãos municipais a competência, entre outras, de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção; -----

-Compete à Câmara Municipal celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, podendo o exercício desta competência ser contratualizada com instituições particulares de solidariedade social; -----

-O prazo de transferência das competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social, pelo Decreto-Lei n.º 23/2022 de 14 de fevereiro, foi prorrogado até 1 de janeiro de 2023; -----

- No Concelho de Valongo, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção é, no momento, da responsabilidade de três IPSS; -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- As IPSS são as entidades que desenvolvem um serviço de grande proximidade com as pessoas com carência e exclusão social e, por consequência, mais vulneráveis; -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida hoje, 30 de setembro de 2022, propõe a aprovação de uma moção instando a Câmara Municipal de Valongo que, no âmbito da concretização desta transferência de competências de Ação Social, celebre protocolos de cooperação com as IPSS que já detêm o conhecimento e experiência nesta área, delegando assim competências no acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento Social de inserção. Desta forma será possível desenvolver uma política de proximidade que permite uma melhor eficiência e qualidade na gestão dos problemas, com a certeza de que faz melhor quem melhor conhece.” -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que o PS irá votar contra, pois estão em curso as negociações entre o Governo e ANMP relativamente à descentralização das competências, por isso acham não ser oportuno a Assembleia estar-se a pronunciar. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Maria da Trindade Morgado do Vale**, disse que no dia 1 de janeiro as competências passam para os municípios, daí achar não ser descabido, quando há pessoas que vão ficar no desemprego. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que ninguém fica no desemprego, reuniram com a Segurança Social onde colocaram um conjunto de questões, algumas das quais pela primeira vez. -----

Neste momento está em curso uma negociação entre a ANMP e o Governo onde estão autarcas dos diversos partidos políticos, estando o dossier da Ação Social em discussão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, sendo reprovada por **maioria** com 18 votos contra do Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do BE e 4 Presidentes de Junta de Freguesia, 7 votos a favor do Grupo Municipal do PPD/PSD, Grupo Municipal do PAN e Grupo Municipal Nós Cidadãos, 3 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, Grupo Municipal da CDU e Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA do seguinte teor: -----

“25 de novembro, uma data que garantiu Portugal -----

1 - Numa altura em que se multiplicam os atos ligados à desconstrução da nossa identidade e da nossa História, torna-se cada vez mais premente celebrar os momentos essenciais que deram origem à nacionalidade e aos que, depois, a consolidaram ou restauraram na nossa INDEPENDENCIA e LIBERDADE coletivas. -----

2 - O 25 de novembro de 1975, data decisiva da nossa história mais recente, Portugal garantiu a sua LIBERDADE e INDEPENDENCIA. Esta é uma evidencia que não é reconhecida pela grande maioria das nossas gentes. Pode ser uma evidencia individual, mas não é uma evidencia coletiva. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

2.1 - A evidencia individual está traduzida na perceção, pelo menos da parte dos mais velhos, de que após o golpe militar de 25 de Abril de 1974 o país mergulhou na anarquia e no caos. -----

2.2 - Pior: Portugal esteve na iminência de uma guerra civil. Em 11 de março de 1975, a mando do ex-presidente, António Spínola, um grupo de paraquedistas atacam o Regimento de Artilharia de Lisboa, marcando o início do período que veio a ser conhecido como PREC. -----

2.3 - O período que se seguiu marcou o confronto entre uma ala militar moderada, liderada pelos partidos democráticos de então (PS, PPD, CDS), que defendiam a implementação de democracia representativa, a que se opunha o grupo de militares ligados a forças de extrema-esquerda (PCP, UDP, PCTP), defensora de um regime socialista inspirado nos modelos da Europa de Leste. Uma guerra que também colocaria o Norte contra o Sul. Um «Norte conservador». Um «Sul» controlado, na sua maioria, pelas forças de extrema-esquerda, que pretendiam fazer de Portugal a «Cuba da Europa» -----

3 - À tentativa de golpe de estado levada a cabo por militares extremistas em 25 de novembro, responderam as forças democráticas, com a intervenção dos comandos da Amadora, numa operação comandada por Ramalho Eanes, Jaime Neves e Loureiro dos Santos, contando a norte, com o apoio de Pires Veloso e garantindo assim a democracia conforme hoje a conhecemos. Uma democracia plural! -----

4 - Como dizia o atual ministro das finanças, Fernando Medina, quando exercia funções de Presidente da Câmara Lisboa, “O 25 de Abril não é de esquerda, assim como o 25 de novembro não é de direita”. -----

5 - Neste sentido, e tendo em conta os considerandos anteriores, a Assembleia Municipal de Valongo propõe: ---

5.1 - Assinalar esta data, nesta Casa da Democracia Local, todos os anos, com conferências, debates, exposições ou outras iniciativas que permitam assinalar a efeméride; -----

5.1 - Recomendar à Presidência da República da Assembleia, a celebração oficial da data a nível nacional, evocando os valores da democracia e liberdade plenas para Portugal e para os portugueses. -----

5.3 - Sugerir à Comissão de Toponímia do Concelho a atribuição do topónimo «25 de Novembro de 1975» a uma rua, praça ou avenida, assinalando o acontecimento. -----

5.4 - Aprovar um voto de louvor a todos os envolvidos, direta e indiretamente, nesta data, assinalando como mero exemplo, as figuras do General Ramalho Eanes, Coronel Jaime Neves, General Loureiro dos Santos e Brigadeiro Pires Veloso. -----

6 - Finalmente, porque o 25 de Novembro é uma data identitária da democracia, após a aprovação, esta moção deve ser dada a conhecer à Presidência da República, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao estado Maior das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à comunicação social.” -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o documento quer reescrever a história do 25 de abril libertador e branquear os 48 anos de fascismo salazarista em Portugal, foi o 25 de abril que alguns tanto odeiam que instituiu o poder local democrático com autarcas a serem eleitos e não escolhidos pelo Governo, como no tempo de Salazar, por isso votamos contra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que a Moção padece de um pecado, verdadeiramente pretende desvalorizar o significado histórico social do 25 Abril, fazer crer que o 25 Abril não é um acontecimento maior da história recente. Por isto o partido socialista vota contra esta moção -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que gostaria de apresentar uma saudação ao 25 de abril que permitiu esta moção com todos os direitos consagrados no dia 02 de abril com a aprovação da Constituição da República. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA, sendo reprovada por maioria com 25 votos contra do Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do PPD/PSD, Grupo Municipal da CDU, Grupo Municipal do BE, Grupo Municipal do PAN dos 4 Presidentes de Junta de Freguesia, 1 votos a favor do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e do Grupo Municipal Nós Cidadão. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Pauperio**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Embora me reveja, na maioria das pessoas da proposta do grupo parlamentar CHEGA e embora não me reveja nas afirmações que foram feitas e não está em causa o 25 de abril e estávamos a falar exatamente do 25 de novembro no entanto mais uma vez trazemos propostas de índole nacional ou seja proposta de feriados que deveriam de ser debatidos na Assembleia da República e não na Assembleia Municipal a não ser que o Sr. deputado queira fazer um feriado municipal no 25 de novembro por isso tudo o que for políticas decisórias sobre matéria nacional o NÓS abstém-se.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU do seguinte teor: -----

“Contra o aumento do custo de Vida -----

Para a maioria do povo português, a vida está mais cara, mais difícil e injusta: a cada dia que passa, o salário e a pressão de reforma ficam mais curtos para despesas cada vez maiores. Esta é a realidade com que se confronta quem vai às compras para levar comida para casa, quando paga as contas da luz, água, gás, renda e prestações. Quando recebe as faturas das telecomunicações ou seguro. Ao comprar medicamentos, pagar portagens ou pôr gasolina. -----

Uns dizem que “é o mercado a funcionar”, outros mandam ter esperança e dizem que “melhores dias virão”. Mas se as condições da vida se agravaram para a maioria, para os grupos económicos os aumentos dos preços têm significado aumentos chorudos dos lucros. Só como exemplo: os seis maiores bancos portugueses registam lucros de 617,4 milhões de euros nestes primeiros três meses do ano; a Galp em 3 meses 155 milhões e na grande distribuição os lucros de 2021, tanto a Jerónimo Martins como a Sonae, crescem sempre acima de 45%. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Ao nível do poder Local Democrático, a situação não é menos preocupante, juntando-se ao crónico subfinanciamento das autarquias locais. O assumir de novas responsabilidades, aliado às competências já anteriormente exercidas, neste quadro de subida continuada dos preços, designadamente ao nível da Matéria-Prima, Eletricidade e Combustíveis, é um cenário que merece a maior das atenções e rapidez de medidas do Estado Central, com vista a não penalizar ainda mais os Valonguenses e os habitantes dos vários municípios portugueses. -----

Perante isto, a Assembleia Municipal, reunida em 30.9.2022 considera urgente. -----

- Consagrar um regime de preços máximos nos combustíveis líquidos e gasosos e eletricidade; -----
- Reforçar os regimes de energia bonificada para algumas atividades (agricultura, pescas e subsectores dos transportes); -----
- Repor taxa do IVA nos 6% na eletricidade, no gás natural e no GPL; -----
- Criar um regime de preços máximos, a aplicar a um Cabaz Alimentar Essencial, que defina um preço de referência para cada um dos produtos, com base nos custos reais e numa margem não especulativa, proibindo a venda a um preço superior sem justificação atendível; -----
- Garantir a recuperação do valor real dos salários, de todos os salários e das reformas e a sua necessária valorização, nomeadamente com o aumento intercalar do salário mínimo nacional para 800 euros, com a perspetiva da sua fixação em 850 euros em janeiro de 2023 e no aumento geral dos salários, com um mínimo de 100 euros: -----
- Implementar medidas de apoio extraordinárias para as autarquias Locais.” -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que o PS votará contra, pois trata-se de uma matéria de índole nacional, houve bastantes notícias relativamente àquilo que são as propostas que estão a ser debatidas a nível nacional. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sendo reprovada por maioria com 19 votos contra do Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do CHEGA, Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 Presidente de Junta de Freguesia, 2 votos a favor do Grupo Municipal da CDU e BE, 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, Grupo Municipal do CDS/PP e Grupo Municipal do PAN. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: ---  
“Concordamos com o princípio, agora o efeito prático da deliberação da Assembleia Municipal nisto é nulo, para além de, e acrescentamos, tenho muitas dúvidas da legalidade do que aqui se pede, tenho eu e tem o Grupo. Por isso nos abstivemos.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD do seguinte teor: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“No atual contexto socioeconómico, de uma acentuada dificuldade em responder ao fim de um substancial crescimento económico mundial, das taxas de juros baixas, de um período de setenta anos de paz na Europa e de uma ainda não percebida, na sua globalidade, crise de valores o sentimento de segurança é um dos pilares de confiança dos cidadãos nas suas instituições e deve fazer parte de todas as políticas, sejam elas nacionais ou locais. É necessário prevenir e reprimir toda a criminalidade com eficácia, afirmando a autoridade do Estado de Direito e promovendo a defesa da sociedade. -----

É da competência e um dever das Polícias garantir a segurança, os direitos dos cidadãos e assegurar a legalidade democrática. Para tal, é fundamental criar condições para um policiamento de proximidade e de segurança comunitária. O policiamento de proximidade assume, assim, nas grandes áreas metropolitanas, um obrigatório contributo para o sentimento de segurança de todas as populações pelo que o encerramento efetivo/prático da esquerda de Ermesinde não pode deixar de nos preocupar a todos e fazer nascer fundados receios pelas consequências se não forem encontradas alternativas. -----

Uma medida que pode ajudar a mitigar a consequências nefastas desse encerramento é a já criada Polícia Municipal com a sua sede/esquadra já a ser preparada na cidade de Valongo, bem próximo da nova esquadra da PSP. -----

Em democracia, a política não se faz sem diálogo, sem debate e sem troca de argumentos, particularmente quando as medidas possuem um vasto e significativo impacto no quotidiano dos cidadãos e da vida quotidiana de todo o Município. -----

Atendendo aos considerandos expostos, e apesar deste tema já ter sido apreciado na Assembleia de abril passado, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor à Assembleia Municipal reunida na sua sessão de dia 30 setembro de 2022, que delibere: -----

- 1) Instar a Câmara Municipal para que, com o novo Ministro da Administração Interna, profundo conhecedor da cidade de Ermesinde depois de aqui ter residido por um período considerável, procure encontrar uma solução que garanta não deixar quase metade da população do concelho em segurança comprometida e com visível sentimento de abandono. -----
- 2) Instar a Câmara Municipal a repensar o local da Sede/Esquadra da criada Polícia Municipal e considerar, numa atitude de procura coordenada de solução global para todo o concelho, a instalação da Polícia Municipal na cidade de Ermesinde em alternativa à instalação ao lado na esquadra da PSP na cidade de Valongo. -----
- 3) Enviar cópia desta Moção ao Ministério da Administração Interna e a todas as Juntas de Freguesia do Concelho.” -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que o PS votará contra, a Esquadra da PSP na cidade de Ermesinde não está encerrada, concordam que o número de polícias efetivos é insuficiente, inclusivamente o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, queixou-se que não tem efetivos suficientes a trabalhar, portanto trata-se de um problema a nível nacional e não exclusivo de Valongo. -----

O concelho de Valongo não é um concelho inseguro, tem furtos, tem criminalidade, mas não está classificado como dos mais preocupantes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O executivo tem transmitido sucessivamente ao Comando Metropolitano do Porto este conjunto de preocupações, assim como ao Ministro da Administração Interna. -----

Outro ponto que é relevante é que uma coisa são as competências da PSP, outra as competências da Polícia Municipal, não se misturam. -----

O Executivo em termos de política metropolitana tem lançado as preocupações de haver políticas conjuntas exatamente para prevenir e os meios serem mais bem aproveitados. -----

A instalação de sistemas de videovigilância significa que há uma preocupação em dotar de outros meios para auxiliar as forças de segurança. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que em reunião de líderes foi o primeiro a levantar o problema sobre a segurança, a pedir esclarecimentos, tem o Presidente da Junta de Ermesinde dito que basicamente nada se pode fazer uma vez que cada vez há menos candidatos para a PSP e GNR por várias razões, a falta de um justo pagamento para o trabalho que desempenham, terem de pagar as fardas que usam, não poderem sacar da pistola ou disparar para o ar em caso de grave risco, no entanto foi dito que o assunto ficaria para uma próxima oportunidade. -----

Assim, é de lamentar que alguns venham levantar a bandeira dos outros e fazer um debate a 50%, porque realmente não há possibilidade de se preparar e se ter decidido que se falaria da matéria mais tarde. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que esteve na reunião de líderes onde se falou o assunto tendo ficado acordado haver um debate profundo sobre a segurança, não tendo pretendido o PSD atropelar ninguém. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, sendo reprovada por maioria com 18 votos contra do Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do BE e 4 Presidentes de Junta de Freguesia, 8 votos a favor o Grupo Municipal do PPD/PSD, Grupo Municipal do CDS/PP. Grupo Municipal do PAN e Grupo Municipal Nós Cidadãos, 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do CHEGA. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, fez a seguinte **Declaração de Voto**:  
“Faço minhas as palavras do Membro João Paupério, não querendo, no entanto, considerar que se trata de uma afronta mas, eu também deixei claro aqui na assembleia exatamente quando falei da questão da segurança que não iria aprofunda-la devido ao que ficou combinado na conferencia de lideres, porque se não também teria aprofundado a questão da segurança, e tanto assim é que levou e inclusive uma interpretação do Senhor Presidente da Câmara que me estava a referir no ponto de vista da segurança, no ponto de vista da criminalidade, se bem que eu deixei claro na altura também que não ia aprofundar o assunto e que entendia a questão da segurança como segurança mais global; segurança rodoviária, segurança dos nossos peões nos passeios. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Portanto, outro tipo de questões que têm a ver com a segurança dos nossos cidadãos, dos nossos munícipes que não só a da criminalidade e, portanto, absteve-me também relativamente a esta moção porque entendo que tinha ficado à consideração um eventual tema para discussão na conferência de líderes e, portanto, absteve-me neste momento porque até o concelho de segurança ainda não tinha tomado posse, portanto abstevo-nos neste momento e não estamos a comentar esse tipo de assuntos.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS do seguinte teor: -----

“Estamos em 2022 e já alguns anos se passaram desde o processo de privatização dos CTT. Ao longo deste período, e por diversas vezes, foi feita referência à degradação do serviço postal um pouco por todo o lado e o concelho de Valongo não é exceção. -----

Podíamos olhar para trás e falar da história deste processo; podíamos encontrar os culpados por estes resultados; podíamos dizer muita coisa que neste momento não contribui para resolver um problema que além de instalado se tem intensificado a olhos vistos; cartas que não chegam, cartas que chegam tarde e fora de prazo, cartas que chegam, mas são entregues na morada errada (acertam no número da porta e no andar, mas a rua é outra). -----

Facilmente podemos imaginar as consequências graves que este serviço de péssima qualidade pode ter - aliás, já está a ter – para as populações: faturas que não são pagas dentro do prazo previsto, consultas e exames aos quais não se comparece porque não se tomou conhecimento da marcação, só para citar dois exemplos muito práticos. -----

O importante é, pois, focarmo-nos na solução e numa solução que possa ser breve. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 30 de setembro de 2002, delibera: -----

1. Expressar profunda preocupação e indignação com a degradação da qualidade do serviço postal prestado pelos CTT; -----
2. Enviar esta moção ao Concelho de Administração dos CTT. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por **maioria** com 26 votos a favor e 2 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA e Grupo Municipal do PAN. -----

De seguida colocou à discussão um **Voto de Louvor** com o seguinte teor: -----

“A Associação Desportiva de Valongo, agremiação desportiva fundada em 1955, tem ao longo dos 67 anos de existência, representando a freguesia e, por conseguinte, o concelho de Valongo ao mais alto nível quer nacional quer internacionalmente. -----

Depois de vários títulos nacionais, não só no escalão sénior, mas também nos escalões mais jovens, o clube acaba de colocar a cereja no topo do bolo e atingiu brilhantemente um patamar de excelência, com a conquista da TAÇA CONTINENTAL, anteriormente designada por Super Taça Europeia, da WSE- World Skate Europa, na cidade de Follinica em Itália, frente ao Trissino que recentemente tinha derrotado a A.D.V., na final da Liga dos Campeões. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Depois do título de Vice-Campeão Europeu e da conquista do Campeonato Nacional da I Divisão, da Supertaça Nacional António Livramento, várias vitórias no Torneio Eixo do Atlântico em camadas jovens, vários títulos de campeão da II divisão Nacional Seniores, Campeão Nacional em todos os escalões etários, com a atribuição de melhor clube de formação Nacional, amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação social, e festejado por uma multidão de Valonguenses. -----

Assim decide-se propor a votação um Voto de Louvor a Associação Desportiva de Valongo por tão nobre feito, extensivo aos jogadores, Equipa Técnica e Direção.” -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **unanimidade**. -----

Seguidamente colocou á votação a aprovação em minuta dos pontos 2.7, 2.8, 2.9 2 2.10, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária: \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário: \_\_\_\_\_